



MERCOSUL/RAADHH/ATA GT DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E XENOFOBIA 03/08

Realizou-se na cidade de Porto Alegre/RS, Brasil, no dia 01 de setembro de 2008, a Reunião do Grupo de Trabalho Discriminação, Racismo e Xenofobia, com a presença das delegações: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Membros e Chile e Venezuela como Estados Associados.

A lista de participantes está contida no **Anexo I** desta Ata.

A agenda está reproduzida no **Anexo II**.

1) Encontro com Grupo de Educação em Direitos Humanos.

Inicialmente, em consideração à presença dos representantes do Grupo de Trabalho de Educação em Direitos Humanos, que gentilmente acederam ao convite para participarem desta reunião do GT Discriminação, Racismo e Xenofobia, decidiu-se pela inversão da agenda, de forma que o ponto três fosse tratado imediatamente.

O representante da delegação brasileira explicou que o GT Educação em Direitos Humanos está dedicado prioritariamente à elaboração dos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos, cumprindo uma diretiva estabelecida pela Conferência de Viena (1993) da Organização das Nações Unidas.

No caso brasileiro, acrescentou, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, lançado em 2003, foi elaborado a partir da criação de comitê formal, estabelecido por decreto presidencial. Este Plano contém cinco eixos básicos:

- EDH na educação básica;
- EDH no ensino superior;
- EDH por mecanismos não formais (educação comunitária, etc.);
- EDH na mídia; e
- EDH para profissionais de justiça e segurança pública.

A delegação brasileira defende que é importante a existência de um programa de direitos humanos que englobe a EDH. Citou a experiência do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, que teve uma experiência interessante com a elaboração dos materiais didáticos sobre Direito à Verdade e à Memória. Para isso, foi estabelecida uma tarefa comum, envolvendo passado, presente e futuro. Foram elaborados materiais para estudantes de

SS Navei -



ensino médio e secundário, ou seja, de 15 a 18 anos. Cada país trouxe quatro produtos culturais: uma foto, um filme, um texto literário e uma música.

A delegação da Argentina informou que o processo de elaboração do PNEDH envolveu toda a sociedade, por meio de consultas exaustivas. A delegação discorreu amplamente sobre os avanços e as experiências obtidas na Argentina para a promoção de uma EDH efetiva, em especial no âmbito das forças armadas, utilizando os exemplos para sustentar sua defesa de que é necessária uma visão mais ampla do processo, que envolva a mudança da cultura e da prática cotidianas em relação aos DH.

Acordou-se para a próxima reunião que as delegações trarão propostas de trabalho em conjunto entre os dois GTs, definindo público alvo e tipo de trabalho a ser realizado.

A representante do IPEA trouxe a proposta, desenvolvida no GT de Indicadores em DESC, de realizar um foro virtual para a continuidade dos trabalhos entre as reuniões presenciais.

A sociedade civil presente à reunião fez as seguintes observações:

- EDH implica reconversão de consciências;
- A temática LGBT deve estar contida na EDH e ser visibilizada;
- Criticou o fato de que, no Brasil, não haveria registro do tema da diversidade sexual nos documentos e materiais de educação.

O Grupo agradeceu a presença dos representantes do Grupo de Trabalho em Educação em Direitos Humanos e encerrou o tópico da agenda.

2) Seguimento da Conferência Regional da América Latina e Caribe Preparatória para a Revisão de Durban.

A delegação brasileira apresentou o documento oficial da Conferência Regional da América Latina e Caribe Preparatória para a Conferência de Revisão de Durban. Parabenizou a todos os países pelo êxito do encontro, pois todas as posições comuns estão refletidas no documento final. Defendeu a necessidade de aprofundar a atuação conjunta para fortalecer futuras posições.

A Delegação argentina ressaltou que o documento fechado este ano em Brasília é um bom documento de consenso, mas que não se deve perder de vista a dificuldade que será a reunião mundial. Sugeriu que o GT defina alguns pontos centrais para que os países da região defendam juntos no ano que vem, em Genebra. Assinalou que é provável que o tema de diversidade sexual não entre no processo de Revisão de Durban, assim como os povos indígenas.



Sugeriu que os países firmassem posição comum para a reunião do comitê preparatório.

A delegação chilena reconheceu a qualidade do documento regional. Destacou dois aspectos como relevantes: o desenvolvimento institucional e o normativo sobre a discriminação. Observou que a região tem instituições dedicadas à superação da discriminação e que há uma preocupação concreta com o tema. Citou o Brasil (SEDH e SEPPIR) e o México como bons exemplos. O Chile está fortalecendo suas instituições. Sugeriu que os países da região sigam na defesa da luta contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Destacou também o tema dos direitos dos povos indígenas. Uma outra linha de ação é apoiar a participação da sociedade civil, parceira fundamental nesta temática, o que foi visto na reunião em Brasília.

A representante do Uruguai reafirmou a qualidade do documento final da Conferência Regional, concordou que se definam os aspectos centrais relativos a ele e sugeriu que seria conveniente aguardar os resultados das demais conferências regionais.

O representante do Paraguai endossou a proposta de aguardar o resultado das demais Conferências Regionais e analisá-los para tomar uma decisão estratégica, a fim de consensuar uma posição comum visando à Conferência Mundial.

A delegação brasileira sugeriu a organização de uma publicação conjunta bilíngüe para divulgar este processo de negociação regional e internacional, incluindo seus documentos, a partir da Conferência Regional Preparatória para a Conferência de Durban, realizada em Santiago, em 2000. Mostrou preocupação com as dificuldades de financiamento da participação da sociedade civil na Conferência Mundial. Citou a exposição feita pela representante costarricense da sociedade civil na referida Conferência Regional, Sra. Epsy Campbell para ressaltar que o tema da discriminação dos afro-descendentes sofreu um retrocesso, pois alguns países voltaram a negar a existência do problema do racismo. Assim, defende que o GT não fique apenas na celebração do sucesso obtido na Conferência Regional, mas que avance em uma postura mais agressiva no tema da afro-descendência.

O representante argentino sugeriu que cada país financie pelo menos os representantes das redes de organizações da sociedade civil.

A sociedade civil concordou que se deve apoiar a participação de seus representantes, pois não há previsão em nenhuma organização internacional para financiá-la no que tange aos temas de discriminação.

A Delegação brasileira ressaltou que a Conferência de Revisão de Durban está sendo realizada principalmente com as sobras dos recursos utilizados para a



realização da Conferência de Durban e que há escassez de recursos para a implantação de atividades relativas aos temas de Durban.

Acordou-se esperar o resultado das demais Conferências Regionais, dar publicidade aos documentos, encorajar o fortalecimento da participação da sociedade civil, tratar das questões indígena, de diversidade sexual, assim como do fortalecimento institucional e normativo.

A delegação brasileira sugeriu aprofundar discussão sobre a proposta de criação de uma estrutura na CEPAL, com a finalidade de apoiar as instituições que tratam do tema da discriminação.

b) Acompanhamento da Conferência Regional da África;

A Delegação brasileira informou que não foi possível, por razões formais, participar, tal como era intenção brasileira, da Conferência Regional da África. Ressaltou que o documento final da Conferência Regional da América Latina e Caribe foi um dos documentos base da Conferência Regional da África.

c) Boas práticas e cooperação regional;

A delegação brasileira reforçou que a troca de informações sobre boas práticas é um dos pontos chave da Conferência de Revisão de Durban. Convidou aos países que ainda não o fizeram a apresentarem três propostas de boas práticas para o Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, que está encarregado de compilá-las no documento regional. Lembrou que o acordo feito por ocasião da Conferência Regional de Brasília foi de que a exposição das Boas Práticas teria o propósito de induzir e facilitar a cooperação regional na área de promoção da igualdade. Foi acatada a sugestão de que os Países se comprometessem a analisar os termos do Anexo I do documento final da Conferência Regional para identificar atividades em que desejam receber cooperação dos demais países da região. Solicitou que, se possível, o resultado desta análise fosse encaminhado com antecedência à Secretaria brasileira do Mercosul para difusão antecipada entre os demais participantes do GT. Dessa forma, os países cujos projetos fossem escolhidos para cooperação terão oportunidade de consultar suas áreas técnicas e, caso necessário, assegurar a presença deles na próxima reunião do GT.

d) Temas prioritários para a reunião do PrepCom.

A delegação brasileira sugeriu a realização de um Seminário sobre o tema de Afrodescendentes a ser realizado na próxima RAADH, com a finalidade de analisar o documento preparatório para a Conferência de Revisão de Durban.



A sociedade civil, representada pela AGLBT destacou que o tema da homofobia ficou de fora da Conferência de Durban e sugeriu que se dê visibilidade à temática LGBT e Homofobia na Conferência de Revisão de Durban. Sugeriu que o tema seja tratados na próxima reunião.

Sobre o Índice de Igualdade Racial e a produção de indicadores, a delegação brasileira informou que houve uma mudança nos critérios de realização do recenseamento brasileiro no sentido de deixar ao entrevistado a auto-definição quanto à identidade de cor e raça.

A delegação brasileira também pediu atenção para a possibilidade de a minuta do documento final da Conferência Mundial de Revisão de Durban não refletir o documento negociado na Conferência Regional, tornando-se apenas um aglomerado de informações, que não refletem os compromissos dos países em relação ao tema. Ressaltou que considera incompleto o documento elaborado pela presidência do Comitê Preparatório que seu formato não seria adequado para configurar como documento final do processo de Revisão. Sugeriu que os países defendam o modelo adotado na região como parâmetro para o documento final. As delegações se comprometeram a estudar o documento para a próxima reunião.

2) Convenção Interamericana Sobre o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

a) Apresentação da atual versão do texto do Ante-projeto da Convenção;

Foi distribuído o documento relativo à atual versão do Ante-projeto da Convenção Interamericana Sobre o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. A delegação brasileira manifestou o desejo de fortalecer o processo de negociação e aperfeiçoamento do documento a fim de que seja aprovado o mais rapidamente possível, de preferência dentro dos próximos dois mandatos do Grupo de Trabalho encarregado de sua elaboração no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

b) Necessidade de aperfeiçoamento técnico do texto do Anteprojeto de Convenção (alternativas);

c) Reforço do apoio político para aprovação do texto do Anteprojeto ainda neste mandato;

d) Reunião de especialistas sobre a Convenção.

Estes temas foram tratados de forma simultânea no decorrer da reunião.

Handwritten signatures and initials, including the name 'CASSANOVA'.



A delegação brasileira ressaltou que, embora o apoio político ao texto esteja garantido, é necessário o aperfeiçoamento técnico da Convenção. Propõe que sejam convidados especialistas técnicos dos países. Uma sugestão é a realização de um Seminário sobre o tema.

A delegação do Chile informou que as principais críticas de que tem conhecimento sobre o texto da Convenção referem-se a sua relação com as demais convenções existentes sobre a matéria e, portanto, ela não agregaria nada, por exemplo, à Convenção das Nações Unidas. Deixou claro que discorda dessa opinião, mas que é necessário responder a esse tipo de questionamento. Concordou com a convocação de um seminário ou mesa-redonda com representantes dos Estado e especialistas para discutir o texto. Sugeriu nomes como o do Embaixador brasileiro Lindgreen Alves, o jurista brasileiro especialista em direitos humanos, Antônio Augusto Cançado Trindade, com participação de organizações da sociedade civil tais como a CEJIL, que fez comentários sobre o projeto.

A delegação da Venezuela tomou conhecimento da proposta e comprometeu-se a submetê-la a consulta nacional para avaliação.

Os demais países concordaram com a proposta.

A representante do Uruguai indicou o nome de Claire Roberts, Relator Especial para os Direitos dos Afrodescendentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A delegação do Paraguai concordou com a proposta de realização do seminário, destacando a abordagem dos aspectos jurídicos que devem ser aperfeiçoados no texto da Convenção.

Os representantes da Sociedade Civil manifestaram o seguinte:

- importância de especialistas jurídicos no debate;
- indicação do nome da especialista Suzana Chiarotti para a mesa redonda,
- o representante do Instituto Brasileiro de Estudos Africanos (IBEA), Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo, comentou sobre a iniciativa feita no Brasil para a Rodada Doha de consulta à sociedade civil, incluindo advogados. Indicou ainda que, de 20-24 de julho 2009, haverá o Encontro Mundial de Relações Internacionais, quando haverá acadêmicos e sociedade civil, para pautar este assunto.

O representante do Chile sugeriu o seguinte roteiro: 1) comparação do anteprojeto de Convenção da OEA frente a mecanismos da ONU, o que poderia ser feito pelo Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em exposição de 15 minutos, seguido por dois



comentaristas; 2) análise das definições contidas no documento, tendo em vista que são causa de grandes problemas e resistências, por exemplo, por parte do Canadá. 3) análise dos mecanismos de implementação e controle: justamente porque há casos de discriminação que chegam à Comissão Interamericana, é necessário estudar mecanismos adequados de seguimento à Convenção.

Os países apoiaram a proposta chilena.

4) Apresentação do Sub-grupo Diversidade Sexual.

Seguindo proposta da presidência, acordou-se que, uma vez que todos os representantes estavam presentes na reunião do referido Sub-grupo, não havia necessidade de realizar a apresentação.

5) Novas Propostas.

A delegação argentina sugeriu realizar, na próxima reunião, uma apresentação sobre o recém-criado Observatório de Discriminação no Futebol, bem como sobre discriminação nos meios de comunicação e, a partir destas exposições, discutir os tipos de ação que poderão ser desenvolvidas em conjunto. Informou ainda sobre a realização, de 27 a 31 de outubro, do evento "Argentina también es afrodescendente". Por fim, fez um informe sobre a Rede Iberoamericana de Organismos contra a Discriminação, que está elaborando um relatório sobre a discriminação na América Latina.

A delegação do Uruguai corroborou a proposta de realização do seminário sobre afro-descendência.

A sociedade civil destacou a importância do tema da relação entre migrações e racismo.

A delegação brasileira que, apesar de o Grupo se chamar Racismo, Discriminação e Xenofobia, ele ainda não conseguiu tratar especificamente do tema da xenofobia. A delegação relatou, ademais, a realização da I Conferência de Brasileiros no Mundo pelo Ministério das Relações Exteriores, que organizou diversas publicações sobre o assunto. Informou sobre a declaração dos Presidentes do Mercosul contra a nova diretiva europeia sobre imigração, a chamada "Diretiva de Retorno", ressaltando que o momento político internacional é propício para que o GT enfrente essa temática.

A delegação Argentina informou a criação de um programa denominado "Argentinas e argentinos no exterior". A representante da SEPPIR/PR informou



que todas as convenções que estão sendo tratadas no âmbito deste GT também tratam do tema das migrações e que poderíamos enfatizá-lo.

Por fim, a delegação brasileira esclareceu que, apesar de o Grupo não haver discutido especificamente o tema das migrações, tanto a Convenção Interamericana, como o documento de Durban abordam reiteradamente a situação dos migrantes e sua condição de vulnerabilidade à discriminação.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Juliana Naves -

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Juliana Naves -

[Handwritten signature]